

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS EM ÁREAS PROTEGIDAS COMO ALTERNATIVA PARA UM DESENVOLVIMENTO MULTITERRITORIAL ENDÓGENO

Duarcides Ferreira Mariosa¹

Leandro Pereira Morais²

Pedro Henrique Mariosa³

GT 12 - Comunidades tradicionais, manejo coletivo de recursos e sustentabilidade

RESUMO: Entre as comunidades que integram a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Manaus, Amazonas, subsiste uma lógica operacional, ideológica e instrumental de produção e consumo assentada na exploração de recursos materiais, humanos e organizacionais que priorizam o lucro individual. À medida que estabelece estilos de vida diferenciados como “prêmio” para aqueles que se especializam nesta prática socioeconômica, tornando cada vez mais inviável alcançar qualquer das metas esperadas de desenvolvimento sustentável se vinculadas a áreas ambientalmente protegidas. Neste contexto e considerando que a especificidade jurídica das comunidades localizadas em áreas de preservação ambiental não deve constituir-se em obstáculo para que as metas de cidadania, preservação ambiental e qualidade de vida sejam alcançadas, sugere-se que qualquer medida de fortalecimento de sua economia seja precedida de um mapeamento das atividades locais e que justifique e direcione os recursos necessários à sua implementação. Com este entendimento, o presente texto tem como objetivo caracterizar os empreendimentos econômicos localizados na comunidade ribeirinha de Nossa Senhora do Livramento, a fim de apontar possíveis caminhos que a Economia Social e Solidária possa indicar para o desenvolvimento sustentável da comunidade examinada.

Palavras-Chave: Economia Solidária, Comunidades Tradicionais, Sustentabilidade

INTRODUÇÃO

A Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, define sinteticamente em seu Art. 20 parâmetros ambientais, sociais, históricos, políticos, culturais e econômicos que caracterizam uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). No caput deste artigo consta que esta é uma área natural (ambiente) que abriga populações tradicionais (sociedade), cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais (economia), desenvolvidos ao longo de gerações (história) e adaptados às condições

¹ Doutor em Sociologia pela Unicamp; pesquisador do Centro de Investigação OBSERVARE, da Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal; dmariosa@autonoma.pt.

² Doutor em Economia pela Unicamp; docente pesquisador da Universidade Estadual Paulista; lpmorais@gmail.com

³ Doutorando em Ciências Ambientais, PPGCASA da Universidade Federal do Amazonas; pedromariosa@ufam.edu.br

ecológicas locais (cultura) e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (político) (SNUC, 2004, p 19).

Examinada a partir de tais parâmetros conceituais, desenvolvimento sustentável em áreas protegidas implica garantir sua conservação e sustentabilidade mediante o emprego de técnicas, ferramentas e recursos que atendam efetivamente às demandas postas por suas múltiplas dimensões: sociais, ambientais e econômicas, principalmente. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável foi constituída com este propósito, ou seja, trata-se em última instância, e de acordo com Ignacy Sachs (2010:29), “de desacelerar o êxodo rural e, ao mesmo tempo, humanizar os campos, procurar novos equilíbrios demográficos, sociais, ecológicos e culturais entre os diferentes pontos do *continuum* cidade-campo”, que a atividade integrada poderia proporcionar, mas que efetivamente não vem ocorrendo neste local.

Tomando-se como eixo de análise o modelo econômico vigente, observa-se em toda extensão da RDS do Tupé que numa lógica operacional, ideológica e instrumental de produção e consumo, assentada na exploração de recursos materiais, humanos e organizacionais que priorizam o lucro individual, à medida que estabelece estilos de vida diferenciados como “prêmio” para aqueles que se especializam nesta prática socioeconômica, torna-se cada vez mais inviável alcançar qualquer das metas esperadas de desenvolvimento sustentável se vinculadas a áreas ambientalmente protegidas. O que requer, como condição indispensável e necessária, examinar as opções propostas por uma “outra economia”. Neste contexto e considerando-se que a especificidade jurídica das comunidades localizadas em áreas de preservação ambiental não deve constituir-se em obstáculo para que as metas de cidadania, preservação ambiental e qualidade de vida previstas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 sejam alcançadas, sugere-se que qualquer medida de fortalecimento de sua economia seja precedida de um mapeamento dos empreendimentos econômicos locais que justifique e direcione os recursos necessários à sua implementação. Nesta perspectiva, o presente texto tem como principal objetivo caracterizar em seus principais componentes os empreendimentos econômicos localizados na comunidade ribeirinha de Nossa Senhora do Livramento, Manaus, Amazonas, a fim de apontar possíveis caminhos que a Economia Social e Solidária poderia indicar para o desenvolvimento sustentável da comunidade examinada.

Metodologicamente, para responder aos objetivos aqui propostos, o texto foi estruturado em 3 partes, a saber: 1) um breve resgate dos significados, parâmetros

conceituais e referenciais bibliográficos que a Economia Social e Solidária fornece para auxiliar na contextualização e compreensão da realidade socioeconômica de uma comunidade situada em área de proteção ambiental; 2) apresentação das principais características sociodemográfica e ambiental da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, situada na RDS do Tupé, Manaus, AM; 3) mapeamento dos empreendimentos econômicos locais e descritivo de sua estrutura e organização na Comunidade Nossa Senhora do Livramento.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. Do que se trata a Economia Social e Solidária (ESS)?

No Brasil e em muitos países, a ESS vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão sociolaboral. Para muitos, pode ser considerada também como um novo modelo de desenvolvimento, mais humano e inclusivo.

A ESS compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (Morais, 2013, 2014; Moraes, Dash & Bacic, 2016). Este fenômeno multifacetado que, progressivamente, ganha espaço na academia, nas agendas de políticas públicas nacionais e internacionais e pela adesão de seus atores, se constitui uma área de estudo de grande importância e pertinência, além de grande interesse e curiosidade por grande parte da sociedade.

O campo de estudos e da *práxis* da ESS contempla diferentes correntes teóricas, que hoje influenciam o pensamento sobre o seu papel e o seu lugar na transformação do modo de produção capitalista. Ou seja, este campo é caracterizado pela permanente tensão, seja no que se referem às questões teórico-conceituais, seja entre as diferentes iniciativas locais, sua escala, seus contextos, suas especificidades, seus enquadramentos e seus modos de operação.

Assim, esta temática é permeada por embates e conflitos que vão da teoria à *práxis*, uma vez que envolvem diferentes posicionamentos em termos políticos, culturais, ideológicos e conceituais. No entanto, acredita-se que, conforme afirmou Vieira (2005, p.56), a ESS “enquanto conceito possui uma tripla natureza. Ao mesmo tempo em que é um objeto empiricamente verificável, também é um movimento social e uma teoria propositiva da mudança socioeconômica”.

Nesta perspectiva, Cruz (2006, p. 37), menciona que “é difícil precisar o momento em que o termo começa a ser utilizado, e vários teóricos reivindicam para si a primazia na utilização do conceito”. Para Montolio (2002), provavelmente esta expressão foi empregada pela primeira vez pelo economista da Escola francesa liberal, Charles Dunoyer (1768-1862). Também Tremblay (2009) assegura aos franceses a utilização pioneira ao termo Economia Social. Para este autor, conceituar estes “setores” é algo complexo, “uma vez que é uma tarefa que se desloca do mero debate acadêmico, para incorporar-se aos olhares e propostas de um espectro amplo de atores sociais, do movimento sindical aos formuladores de políticas públicas, de instituições religiosas a organismos multilaterais.” (p.88).

Frente a estas dificuldades, de acordo com Moreno & Chaves (2006), na literatura econômica ocidental, podem-se detectar três enfoques teóricos bem definidos: a) enfoque da “Economia Social”, tido como o mais antigo, mais consolidado e bastante divulgado e utilizado na Europa; b) enfoque das organizações “*Non Profit*” e c) enfoque da “Economia Solidária”, o mais recente e utilizado na América Latina e no Brasil”. A esse respeito, uma discussão detalhada sobre os aspectos teóricos e conceituais pode ser encontrada em Morais (2013).

A diversidade terminológica existente foi minuciosamente descrita por Moreno (1996) e, de acordo com a autora, os termos mais frequentes são:

- 1) “Terceiro Setor”: quando se faz alusão aos dois outros “Setores”, a saber, Estado e Privado Capitalista;
- 2) “Setor Voluntário”: termo que tem como característica básica o caráter voluntário de uma parte muito relevante de pessoas que forma, trabalha e dirige atividades voluntárias;
- 3) “Setor Não Lucrativo”: termo empregado pelo Sistema Nacional de Contas Integradas das Nações Unidas que enfatiza o caráter não lucrativo de organizações que conformam o terceiro setor, entendendo que suas ações não têm o objetivo de obter benefícios para distribuí-los entre os indivíduos que as conformam, mas sim para designa-los a outros fins socialmente determinados;
- 4) “Setor Filantrópico”: referem-se àquelas organizações que canalizam recursos pessoais e materiais em prol de causas públicas ou sociais, sendo muito utilizado quando se tratam das Fundações;

- 5) “Setor Caritativo”: termo que enfatiza o apoio que o terceiro setor recebe da sociedade em geral, em forma de doações privadas, para objetivos de caridade ou utilidade social;
- 6) “Organizações Não Governamentais” – ONG’s: termo que se refere àquelas entidades privadas que visam a promoção socioeconômica dos países mais subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento;
- 7) “Setor Independente”: termo que é utilizado para ressaltar o papel que o terceiro setor possui como força independente tanto frente à atividade do setor público, como com respeito ao setor lucrativo ou maximizador do benefício das atividades capitalistas;
- 8) “Setor Intermediário”: análogo ao anterior, enfatiza o papel do terceiro setor não lucrativo como terceira força social, ou seja, como o setor “mediador” entre os interesses do mercado e o das políticas das agências públicas, embora mantendo relações com ambos agentes;
- 9) “Setor Isento de Impostos”: considerando que na maioria dos países este setor desfruta de uma fiscalidade favorável, ou seja, com benefícios e isenções tributárias;
- 10) “Economia Social”: denominação que abarca tanto entidades genuínas do Terceiro Setor (Fundações, Associações), como a certas entidades de tipo comercial, mais orientadas ao mercado, tais como cooperativas, mútuas, etc.

Tremblay (2009) também enumera, por países, diferentes terminologias, como “*Social Economy*” (EUA e Canadá), “*Solidarity Economy*” (Argentina, Brasil, Chile e Quebec), “*People’s Economy*” (Ásia), “*Associative Movements*” (Senegal e Turquia), “*Civil Society*” (África do Sul) e “*Community Economic Development*” (Austrália, Nova Zelândia e Canadá anglofôno).

Nesta perspectiva, cabe notar que a multiplicidade de terminologias referente ao setor se traduz em um outro problema, descrito por Barea & Monzón (2002, p. 22):

... las ambigüedades y contradicciones existentes a la hora de ofrecer información cuantitativa del sector de la Economía Social se deben, en buena medida, a la ausencia de una delimitación conceptual de su ámbito y al escaso rigor metodológico con que frecuentemente se elaboran las magnitudes agregadas correspondientes.

Esta preocupação também é encontrada em estudos posteriores como em Tremblay (2009, p. 42) que, ao descrever o problema, afirma que “*it’s making difficult to quantify the breadth and scope of the sector*”.

Desta forma, a grande quantidade de terminologias é justificada pelos diferentes modos de geração, atuação e comportamento que este setor se manifesta nos diferentes países, ou seja, em cada nação, assim como em cada região, se adotam distintas terminologias para fazer frente ao setor, de acordo com aspectos históricos, culturais, políticos, jurídicos, etc. Além do que, conforme salientaram Moreno & Chaves (2006, p. 91): “la elección de éstos como objeto de estudio por parte del científico social evidencia la existencia de juicios de valor en el proceso científico y denota una indudable carga política y ideológica”.

2. Elementos característicos da ESS

Mediante a falta de consenso para definir, classificar, mensurar e sistematizar o campo da ESS e quais organizações fazem parte, é mister apresentar alguns elementos característicos que acadêmicos, profissionais e políticos vêm utilizando para identificar estas organizações, entidades e empresas. Nesse sentido, ao detectar tais elementos, é possível também diferenciar tais organizações e empreendimentos das “tradicionais”.

O traço característico inicial é a premissa de que produzem bens ou serviços com “*valor social*”. Em outras palavras, o Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito resume em: “*no por el lucro, no por la caridad, sino por el servicio*”. Assim, o lucro é essencial para a sustentabilidade e o desenvolvimento das organizações e empresas da ESS. No entanto, não é considerado como meta final, além do que, ele é utilizado e distribuído segundo as regras específicas inerentes às estruturas jurídicas previamente acordadas e definidas. O lucro e o excedente produtivo são necessários para a viabilidade socioeconômica dos EES e são, geralmente, utilizados para a ampliação dos negócios e aprimoramento dos recursos humanos e da infraestrutura dos atores envolvidos.

Para Fonteneau, et al (2010), outras características, além da função econômico-social, podem nos ajudar a identificar organizações e empresas da ESS. São elas: participação, solidariedade, participação voluntária, autonomia e dimensão coletiva. Como exemplos de organizações e empreendimentos associados à ESS, citam-se: cooperativas, ONG’s, fundações, institutos, associações, empresas sociais, sociedades mutuas, empreendimentos econômicos solidários (EES, no caso específico do Brasil). Todas elas passíveis de ampla discussão acerca de sua efetividade enquanto ESS.

Em termos gerais, a partir de Fonteneau et al (2010), bem como do amplo debate internacional que realizamos no âmbito da OIT, pode-se dizer que:

1. A ESS refere-se a formas específicas de organizações e empresas, sendo os tipos mais comuns, as cooperativas, as sociedades mutuais, as associações, as organizações comunitárias, as empresas sociais, as fundações. Constitui-se, portanto, em grupo de organizações dinâmicas e em evolução;
2. As organizações de ESS possuem características comuns que as diferenciam de organizações da economia pública e da economia privada tradicional, pois compartilham princípios operativos específicos baseados na participação, na solidariedade, na inovação, na incorporação voluntária e na propriedade coletiva;
3. A amplitude existente de denominações são conceitos divergentes, porém relacionados. Todos possuem certas origens geográficas e antecedentes teóricos que enfatizam dimensões particulares desta forma econômica;
4. As organizações de ESS podem oferecer vantagens comparativas para abordar os desafios sociais, econômicos e políticos em todo o mundo, incluindo a coesão social, o “empoderamento” e o reconhecimento de uma economia plural;
5. A ESS está, portanto, adquirindo mais importância no momento atual, tendo em vista a crise econômica global, uma vez que as saídas exigirão, dentre outros aspectos, um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável (MORAIS; DASH; BACIC, 2017).

3. ESS e desenvolvimento territorial sustentável

A ESS apresenta um caráter transversal, ou seja, pode mobilizar diferentes áreas da ação pública e social, uma vez que pode contemplar, em suas ações, objetivos econômicos (geração de trabalho e renda), sociais (melhora das condições de sociabilidade e fortalecimento dos laços territoriais), políticos (criação de espaços públicos para analisar, discutir e resolver problemas), culturais (novos padrões de produção e de consumo) e ambientais (reeducação ambiental em prol da sustentabilidade). Tais aspectos levam a melhores condições para se atingir o desenvolvimento humano, aqui especificamente tratado como “desenvolvimento territorial sustentável”.

Ou seja, na visão de França Filho (2006), a ESS não diz respeito apenas a um problema econômico, uma vez que pode envolver outras questões tais como a sociabilidade nos territórios, a participação política das pessoas, o grau de organização associativa, a preservação ambiental, a afirmação de identidades culturais etc. Tal fato é

também apontado por Souza (2012), que reconhece os significados “*multidimensional*” e “*multiterritorial*” das práticas de ESS.

Trata-se, portanto, do desenvolvimento “*endógeno*” de economias de dinâmicas territorializadas, assentadas na cooperação, na aprendizagem, nos conhecimentos tácitos, nas culturas técnicas específicas e nas inter-relações sinérgicas (Ortega, 2008). A ideia do desenvolvimento endógeno baseia-se na visão de que os sistemas produtivos consistem em um conjunto de fatores materiais e imateriais que permitem que as economias locais e regionais adotem caminhos diferentes para o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

Desta forma, ao se referir em desenvolvimento territorial sustentável, há que considerar a importância das seguintes dimensões: a) econômica: relacionada com a criação, acumulação e distribuição da riqueza; b) social e cultural: implica qualidade de vida, equidade e integração social; c) ambiental: se refere aos recursos naturais e a sustentabilidade dos modelos de médio e longo prazo e d) política: trata-se de aspectos relacionados à governança territorial, bem como ao projeto coletivo sustentável.

Nesta perspectiva, ao relacionar a ESS com a construção do desenvolvimento territorial sustentável, nota-se a emergência de um “outro” desenvolvimento, mais humano e inclusivo, em torno do fomento de outra dinâmica econômica, baseada na construção e no fortalecimento de “*circuitos socioprodutivos locais*” integrados ao tecido das relações sociais, políticas, ambientais e culturais de um determinado local (França Filho, 2006; Morais, 2013).

Em outros termos, na visão de Silva (2009), a ESS tem por base a ação local enraizada na comunidade, compreendida como partilha de um mesmo território e pertencente a uma rede de relações comuns. É justamente esse enraizamento que vai permitir a estes empreendimentos possuírem uma relação direta com o desenvolvimento da localidade, potencializando as capacidades e os recursos humanos e materiais endógenos.

Do ponto de vista empírico, a análise de experiências em âmbito global, nos permite perceber que já se encontram em andamento iniciativas/estratégias de sobrevivência que, além de gerarem renda e condições de subsistência, apontam para possibilidades de alteração das relações sociais entre produtor x consumidor, num marco de solidariedade e embasada em valores coletivos e associativistas. São práticas alternativas que surgem a partir de diferentes atores e em distintas escalas, mobilizam importantes questões como o trabalho, a saúde, a alimentação, a qualidade de vida e, até mesmo, a construção de *outro* projeto de desenvolvimento.

No momento atual, a ESS é considerada pelas Nações Unidas, como um dos caminhos auxiliares que podem contribuir para a construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (NAÇÕES UNIDAS, 2015). Isto, pois, os ODS são integrados e mesclam as três dimensões do desenvolvimento territorial sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Nesta perspectiva, os ODS compõem um conjunto ambicioso de 17 objetivos e 169 metas definido e desenvolvido por meio de um amplo diálogo entre os Estados membros da ONU, autoridades locais, sociedade civil, setor privado e outras partes interessadas. Para conhecimento, seguem abaixo os 17 Objetivos:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos e todas, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos e todas;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável;

4. ESS no Brasil

No Brasil, o termo ESS não encontra consenso, apesar das organizações que atuam na interface entre a economia e a sociedade constituírem um fenômeno social expressivo e cada vez mais reconhecido. Já no que diz respeito à esfera da *práxis*, percebe-se uma ampla gama de atores e formas jurídicas que constituem este campo, sendo as cooperativas as mais fáceis de distinguir e com maior tradição em nosso país.

Em se tratando especificamente da “Economia Solidária”, para a SENAES (2017) (Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Governo Federal e criada em 2003), este termo é definido como um “*conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma de autogestão*”. Por atividades econômicas entende-se às atividades relacionadas à produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário. Vale também mencionar que as “*organizações solidárias*” referem-se às cooperativas, associações, empresas auto - gerenciadas, grupos solidários, redes solidárias, clubes de troca, etc., a partir da ideia de “*Empreendimentos Econômicos Solidários*”, que são organizações, singulares ou complexas, de caráter coletivo, onde trabalhadores /as do meio urbano ou rural exercem a gestão coletiva de seus empreendimentos e que podem ou não ter registro legal para a prática de suas atividades econômicas.

Do ponto de vista quantitativo, tendo em vista o já mencionado problema de definição e mensuração do “setor”, bem como o fato de existirem ações e experiências de ESS que são desenvolvidas em inúmeros territórios e que não são formalizadas e ou estão sistematizadas, os dados existentes nos permitem depreender que se trata de um segmento numericamente considerável.

No Brasil, levando em conta os três campos existentes da ESS (“Economia Social”, *Non Profit*” e “Economia Solidária”), apresentados acima, é possível, ter uma noção quantitativa de suas respectivas atividades, bem como dos empregos dinamizados.

Em se tratando das cooperativas “de mercado” (tidas como de “Economia Social”), para se ter uma ideia quantitativa deste segmento no Brasil, as informações provem da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Vale mencionar que a OCB organiza as cooperativas, com base em 13 ramos principais: agropecuário, crédito, educacional, saúde, infraestrutura, transportes, turismo e lazer, produção, especial, mineral, consumo, trabalho. Em 2010, os dados apontavam para a existência de 6.652 cooperativas filiadas, 9.016.527 associados e quase 300 mil empregados. Do ponto de vista do ramo de atividade e em relação ao número de cooperativas, os de agropecuária, crédito, trabalho e transporte, nesta ordem, são os mais representativos no Brasil. Já em relação ao número de associados, os setores de crédito e de consumo apresentam um destaque significativo, enquanto que, em se tratando do número de empregados, os de agropecuária e de crédito são os ramos que mais empregam. Por Estados, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro apresentam, respectivamente, o maior número de cooperativas, enquanto que o maior número de associados está em São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná. Do ponto de vista do emprego gerado, além destes Estados, o de Mato grosso do Sul também se destaca como o Estado onde as cooperativas vêm gerando mais empregos.

Estudos mais recentes realizados pela OCB (2015), com dados de 2013, apontam que há no Brasil 6,8 mil cooperativas distribuídas em seus 13 ramos de atividades catalogados pela OCB; 11,5 milhões de associados e cerca de 338 mil empregos formais contabilizados nas cooperativas catalogadas pela OCB. Dentre os 13 ramos, o agropecuário é o que representa o de maior destaque, em número de cooperativas, de associados e de empregos formais gerados. Inclusive, em entrevista de 2016, o presidente da OCB, Marcos Freitas, mencionou que as cooperativas agropecuárias empregam diretamente mais de 360 mil pessoas e é responsável por quase 11% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário no Brasil. De acordo com Freitas, “*Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 48% de tudo que é produzido no campo brasileiro passa, de alguma forma, por uma cooperativa*”.

Do ponto de vista da quantificação do *non – profit*, aqui denominado de “terceiro setor”, o único (e já desatualizado) estudo de amplitude realizado para este segmento no Brasil, foi o do IBGE (2004; 2006), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (IPEA), a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Este estudo refere-se a um mapeamento intitulado “*As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*”. Utilizando-se os dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), realizado pelo IBGE, a partir de tabulações especiais que levaram em conta cinco parâmetros para selecionar o objeto de estudo (entidades privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, autoadministradas e voluntárias), das 500 mil entidades sem fins lucrativos registradas, obteve-se um subconjunto de análise que contemplou 276 mil entidades para o ano de 2002.

Como principais conclusões, a pesquisa revelou que as organizações são relativamente novas no país, pois 62% foram criadas a partir dos anos de 1990 e que a cada década se acelera seu ritmo de crescimento. Para se ter uma ideia dessa constatação, nos anos de 1980 as organizações que apareceram eram 88% mais numerosas que as que existiam nos anos de 1970, e em relação às que apareceram nos anos de 1990, eram 124% superior às que existiam nos anos de 1980; e somente de 1996 para 2002, registraram um aumento de 157%. Outras características apontam que, em sua grande maioria, são pequenas organizações (77% delas não possuem qualquer empregado e somente 7% contam com 10 ou mais assalariados), embora haja uma concentração da mão de obra em poucas organizações, uma vez que somente 1% delas possui 100 ou mais empregados, reunindo 61% do total das pessoas ocupadas nesse âmbito de estudo. Em relação aos postos de trabalho gerados nesse setor, chama atenção o significativo aumento dos postos de trabalho entre um período de apenas seis anos: em 1996, registravam-se 1.039.925 postos, saltando, em 2002, para 1.541.290, o que significa um aumento de quase 50%.

Do ponto de vista setorial, as áreas de educação e saúde ocupam mais da metade das pessoas ocupadas, seguida da assistência social, que, em terceiro lugar, corresponde a 15% do total dos ocupados. Por regiões do país, somente a Região Sudeste concentra 44% das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, sendo que somente São Paulo (21%) e Minas Gerais (13%) reúnem 1/3 das organizações existentes no Brasil. No que diz respeito à massa salarial, os dados da pesquisa apontam para o valor de R\$ 17,5 bilhões no ano de 2002. Uma versão mais recente desse estudo foi realizada pelas mesmas instituições e, segundo a pesquisa, entre 2002 e 2006, o número de entidades enquadradas nesse tipo de organização cresceu 22,6%, passando de 276 mil para 338 mil.

Em se tratando do campo da “Economia Solidária”, os dados utilizados se referem ao Atlas da Economia Solidária, elaborado no âmbito do SIES – Sistema Nacional de

Informações em Economia Solidária. Mais recentemente, o último mapeamento nacional de Economia Solidária foi realizado e publicado em “*A Economia Solidária no Brasil: uma análise dos dados nacionais*”, sob a coordenação de Gaiger (2014). Tal mapeamento pode servir como caracterização da Economia Solidária no Brasil após 13 anos de políticas públicas realizadas pela SENAES.

Com base neste mapeamento, há 19.708 EES e 1.423.631 associados. Destes, quase 55% estão na área rural, enquanto 34,8% estão na área urbana e 10,4% dos EES atuam simultaneamente no espaço rural e urbano. Por regiões do Brasil, 41% dos EES estão no Nordeste, 17% no Sul, 16% estão no Norte, sendo a mesma cifra no Sudeste e 10% no Centro – Oeste. Quanto à forma de organização dos EES, nota-se uma ampla predominância das associações, com 60% dos EES, 30,5% de grupos informais, 9% de cooperativas e menos de 1% sociedades mercantis.

Em geral, independentemente do enfoque da ESS, no que se tratam dos seus desafios, é importante levar em conta que, face ao seu *modus operandi*, bem como a fragilidade estrutural (econômica, financeira, jurídica, de acesso ao crédito, ao mercado e às novas tecnologias, da qualificação da mão-de-obra, etc) de muitos de seus empreendimentos e organizações, ressalta-se a importância de políticas públicas de apoio (Morais, 2015).

Assim como nos atentou Santos (2002), o êxito destas experiências alternativas de produção e de organização comunitária nos territórios, depende, em boa medida, de sua capacidade de integrar processos de transformação econômica e mudanças culturais, sociais, ambientais e políticas, construindo redes de colaboração e apoio mútuo, o que pressupõe uma progressiva participação nas instâncias de formulação e implementação de políticas públicas para a ESS, com base na ideia da co-construção destas políticas. Nesta perspectiva, é interessante mencionar o pressuposto da “*ambiência*”, visto que, conforme apontaram Kraychete & Santana (2012, p. 55):

... é insuficiente pensar isoladamente a sustentabilidade de cada empreendimento [de ESS], como se a resolução de problemas particulares de cada um resultasse na sustentabilidade do todo. É necessário que haja uma ambiência que contribua para a sustentabilidade do conjunto.

EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

Para responder aos questionamentos delineados neste estudo adotou-se como estratégia de verificação os aportes conceituais das técnicas de estudo de caso (VENTURA, 2007) e da abordagem multimétodos (GÜNTHER; ELALI; PINHEIRO, 2008). Nesta estratégia e abordagem, que conjuga dados quantitativos e qualitativos na relação pessoa-ambiente, os elementos teóricos, conceituais e os achados da pesquisa circunscrevem-se à realidade praticada, porém, permitindo que o investigador mantenha contato com as principais forças operativas do construto observado. Caracteriza-se a presente pesquisa, ainda, como sendo de caráter exploratório, descritiva e ecológica, que emprega expedientes da análise de grupos múltiplos e da observação etnográfica, presentes na seleção das variáveis sociodemográficas estudadas, para examinar as variáveis constitutivas de indicadores de sustentabilidade socioambiental a partir do estudo da rede de cooperação socioeconômica de uma unidade socioterritorial de pequena grandeza (ÁLVAREZ-GAYOU, 2004; FACHIN, 2006; LIMA-COSTA; BARRETO, 2003).

A unidade referencial de análise aqui proposta são as moradias - e os respectivos grupos familiares que nelas mantêm residência fixa - da comunidade ribeirinha Nossa Senhora do Livramento (Comunidade Livramento), localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS Tupé), Manaus, Amazonas (Figura 01).

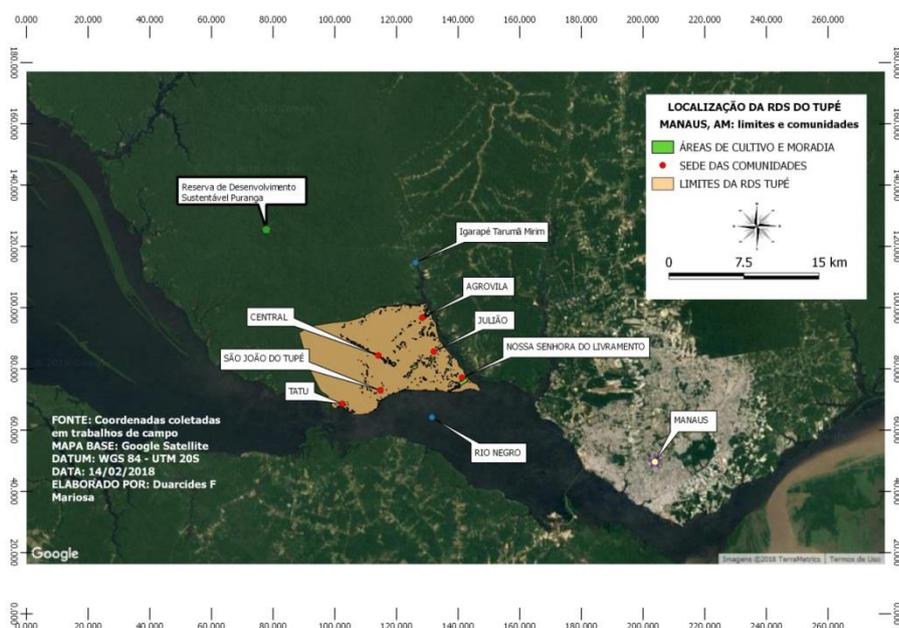


Figura 1 - Localização das comunidades ribeirinhas da RDS do Tupé, Manaus, Amazonas. Elaborado pelo Autor Duarcides Ferreira Mariosa.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS do Tupé) ocupa uma região distante 25 km em linha reta do centro urbano de Manaus, em direção oeste, ponto central da Amazônia Legal, portanto. Estende-se pela margem esquerda do rio Negro, alguns quilômetros antes do encontro com o rio Solimões, ocupando um quadrilátero mais ou menos regular entre os igarapés Tatu e Tarumã-Mirim, com área total de 11.973 hectares. Foi transformada em Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS do Tupé) em 2005, através de decreto municipal assinado em 25 de agosto, sob número 8.044/05. Antes fora declarada Unidade Ambiental do Tupé, em 1995, e Área de Relevante Interesse Ecológico, em 1990 (MARCHAND, 2014; SANTOS-SILVA, 2005).

Para os objetivos do estudo considerou-se a Comunidade Livramento em seu contexto de território. Para identificar, considerar e descrever as características sociodemográficas de sua população e o modo como os grupos familiares se acham reunidos, o eixo norteador das reflexões assentou-se sobre a interação diária das pessoas entre si, destas com o espaço físico, e as relações de fornecimento e consumo de bens e serviços, mantidos no interior da comunidade com os estabelecimentos comerciais ali existentes. Centro geográfico da região amazônica supõe-se que as comunidades ribeirinhas da RDS do Tupé, e particularmente a Comunidade Livramento, contenham em sua configuração reflexos das contradições, riquezas e possibilidades que a dinâmica socioambiental é capaz de proporcionar à experiência humana, resultado da mútua influência entre as características geomorfológicas e climáticas do Bioma Amazônia com a realidade social, cultural, geopolítica e econômica a que estão expostos àqueles que vivem nesta parte do país (AMARAL et al., 2013; BECKER, 2004).

Ademais, a unidade socioterritorial escolhida para estudo, Comunidade Livramento, atende ao quesito “de pequena grandeza” a que se propôs investigar. Devido às características particulares de ocupação do solo, distância da área urbana de Manaus e a precariedade e mesmo ausência de diversos estabelecimentos de uso e interesse coletivos, a RDS do Tupé foi classificada como um “aglomerado rural isolado – povoado” na nomenclatura censitária do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2004, p. 8). E, também, como “subnormal”, pois sua composição e peculiaridades tornam-na objeto de análise diferenciada dos dados do censo. Complementarmente, estima-se que cerca de 600 pessoas mantenham residência fixa na comunidade, fruindo de condições mínimas de qualidade de vida, mas mantendo relações de certa estabilidade que, no plano das redes de cooperação socioeconômica, é tomada como objeto de análise.

Conforme visualmente apontado na Figura 02, na comunidade ribeirinha Nossa Senhora do Livramento as atividades comerciais concentram-se em seu núcleo central, onde residem e transitam os moradores e visitantes.

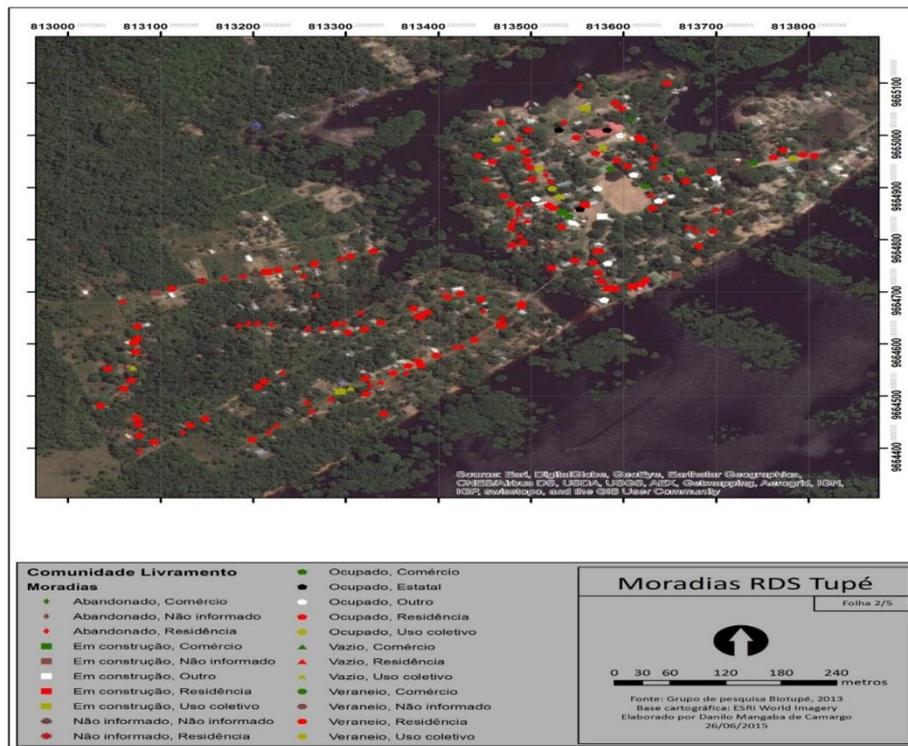


Figura 2 - Mapa com a distribuição espacial das edificações e da destinação de uso na área central da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, RDS do Tupé, Manaus, Amazonas. (Acervo do Grupo de Pesquisa Biotupé)

Além de frequentadores eventuais, como banhistas e veranistas, na área da RDS Tupé distribuem-se 06 núcleos populacionais ou comunidades (Julião, São João do Tupé, Central, Agrovila, Tatulândia e Livramento), cujos habitantes, oriundos de diversas partes do Amazonas e do Brasil, ou utilizam das margens do Rio Negro como foco turístico e de lazer, ou exploram os recursos florestais existentes em atividades extrativistas, pequenas roças, caça e pesca de subsistência. A comunidade Livramento, objeto deste estudo é a que está situada mais próxima de Manaus, erigindo-se como porta de entrada para a RDS do Tupé. O acesso a estas comunidades é feito, exclusivamente, de barco, a partir do rio Negro, adentrando-se pelos igarapés que a recortam. Conforme o ciclo de chuvas, porém, em certas épocas do ano é preciso fazer longas caminhadas para alcançar as comunidades mais afastadas da margem dos maiores cursos d'água. Sendo este fato já uma variável muito importante para definir quais atividades podem ser encontradas ou desenvolvidas em cada uma das comunidades da RDS Tupé (SANTOS-SILVA, 2005). Ou seja, as especificidades de cada comunidade ali inserida impõem considerar sempre numerosas e

distintas variáveis em sua apreciação.

Anteriormente ao decreto municipal que criou a Reserva, em inquérito realizado entre 2004 e 2005, por pesquisadores do Grupo de Pesquisa Biotupé, indagados sobre a origem das respectivas fontes de renda e subsistência, quando as tinham, 60% dos moradores da RDS do Tupé consultados afirmaram que desenvolviam alguma atividade produtiva, como a fruticultura, plantio de mandioca, avicultura, artesanato, cultivo de plantas medicinais, apicultura e exploração de algum tipo comércio; enquanto 40% dos entrevistados disseram obter renda das atividades que exercem no serviço público (professores, agentes de saúde, fiscais e policiais). A renda média das famílias situava-se em torno dos R\$ 300,00 reais mensais, exceto entre os que recebiam salários e proventos do Estado. As famílias achavam-se constituídas, em sua maioria, por quatro membros, chamando atenção o número reduzido de jovens entre 15 e 30 anos em relação às demais faixas etárias. Indagados sobre essa “ausência” de jovens na comunidade, os informantes creditaram, de diferentes modos, à falta de perspectiva de realização pessoal que a exclusão social, econômica, cultural e política impõe àqueles que vivem e produzem na RDS Tupé (SANTOS-SILVA, 2005).

A julgar pelo tipo de atividade predominante na Comunidade Nossa Senhora do Livramento, número de estabelecimentos e grau de formalização, conforme Tabela 01, os dados levantados em 2017 demonstram que no período de mais de 10 anos entre uma pesquisa e outra a situação econômica não apresentou quadro relevante de alteração positiva.

Tabela 1 - Número de empreendimentos econômicos na Comunidade Nossa Senhora do Livramento distribuídos por tipo de atividade e de empreendimento

N S LIVRAMENTO	TIPO DE EMPREENDIMENTO			Total
	Capitalista Informal	MEI	Uso Coletivo	
Artesanato	2	0	0	2
Bar	2	0	0	2
Centro Comunitário	0	0	1	1
Espaço Cultural	0	0	1	1
Campo de Futebol	0	0	1	1
Horta	1	0	0	1
Mercado	5	2	0	7
Lanchonete	2	0	0	2
Restaurante	1	0	0	1
Salão de Beleza	1	0	0	1
Sorveteria	1	0	0	1
TOTAL	14	2	3	20

Fonte: Levantamento de campo realizado pelos autores no mês de julho de 2017 na Comunidade Nossa Senhora do Livramento

A situação de pobreza e exclusão, no caso investigado, para ser uma condição estrutural que se caracteriza por limitações de acesso à terra, aos mercados, ao trabalho, à educação e à saúde, impedindo, com isso, o exercício pleno da cidadania. Numa sociedade onde predomina o modelo de produção e acumulação capitalista, o fator renda é de fundamental importância para avaliar as condições de vida e existência da população, indivíduos ou grupos. Entretanto, dada as condições de vulnerabilidade econômica, social, política, ambiental e política a alternativa plausível e aparentemente mais adequada passa, necessariamente, pelos pressupostos da Economia Social e Solidária descritos no referencial teórico deste texto.

CONCLUSÃO

No caso específico da RDS Tupé, e da Comunidade Nossa Senhora do Livramento em particular, o espectro das escolhas de trabalho e geração de renda não se apresenta de forma tão ampla. As atividades que podem ser executadas pela população residente em uma área legalmente definida como “Reserva de Desenvolvimento Sustentável” assumem características peculiares, dada a necessidade de preservação ambiental, de modo que a dinâmica das intervenções segue um percurso distinto de outras formas de ocupação do solo e das atividades produtivas nele desenvolvidas. Pesquisas que apontem para as melhores culturas, formas de utilização e manuseio dos recursos florestais e que também consideram o alcance, limites e consequências para o grupo – agricultores familiares em Reserva de Desenvolvimento Sustentável – mostram-se necessárias, porém, insuficientes. Dado o caráter complexo e multideterminado dos problemas, e a forma sistêmica utilizada para sua apreensão, sugere-se inadequada a simples revitalização econômica das comunidades locais mediante a mudança qualitativa no braço produtivo da equação de geração de renda. Especialmente, porque segue recomendável que qualquer intervenção socioambiental conte antecipadamente com a participação e incorporação dos sujeitos alcançados, pois que estes são os agentes transformadores e sujeitos da realidade em que se acham inseridos. De tal modo que as atividades que impactem de alguma forma as relações entre o ambiente interno e o externo da comunidade devem ser diagnosticadas e seus efeitos ajustados para que alcancem os fins pretendidos, ou seja, a integração entre o homem, o ambiente e a sociedade. Sob esta perspectiva é que o suporte das redes de cooperação econômica, delineados pela Economia Social e Solidária, podem ajudar com o

outro braço da geração de renda que é a comercialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ-GAYOU, J. **Cómo hacer investigación cualitativa. Fundamentos y metodología.** México: Ed. Paidós Ecuador, 2004.

AMARAL, S. et al. Comunidades ribeirinhas como forma socioespacial de expressão urbana na Amazônia: uma tipologia para a região do Baixo Tapajós (Pará-Brasil). **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 2, p. 367–399, dez. 2013.

BAREA, José, MONZÓN, José Luis (Dirs.). **Libro Blanco de la Economía Social en España.** Ministerio del Trabajo y Seguridad Social. Madrid 1992

BECKER, B. K. **Amazônia: Geopolítica Na Virada Do Iii Milênio.** Rio de Janeiro (RJ): Editora Garamond, 2004.

CRUZ, A. C. (2006). **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul.** Campinas: IE/UNICAMP (Tese de Doutorado).

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia.** São Paulo (SP): Saraiva, 2006.

FONTANEAU, B.; NEAMTAN, N. N.; WANYAMA, F.; MORAIS, L.; POORTER, M. (2010). Social and Solidarity Economy: building a common concept. **Reader 2010 – 1st. International Academy of SSE. ITCILO – Turin.**

FRANÇA FILHO, G. (2006). Economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J (Orgs). **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006, p. 57-72.

GAIGER, L. (Org). **A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais.** Editora OIKOS, 2014.

GÜNTHER, H.; ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações. **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**, v. 1, p. 369–380, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

KRAYCHETE, G.; SANTANA, A. Economia dos setores populares e inclusão socioprodutiva: conceitos e políticas públicas. In: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Brasília: **IPEA e MTE**, no. 52, agosto de 2012, p. 55-62.

LIMA-COSTA, M. F.; BARRETO, S. M. Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 12, n. 4, dez. 2003.

MARCHAND, G. A. Avaliação da gestão da fauna silvestre na comunidade de São João do Tupé (Manaus, Amazonas) pelo meio de um sistema de indicadores. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 20, 2014.

MONTOLIO, José Maria. Economía Social: concepto, contenido y significación en España. **CIRIEC – España**, no. 42, noviembre, 2002, p. 5-31.

- MORAIS, L. (2013). **As políticas públicas de Economia Solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema**. Campinas: IE-UNICAMP (Tese de Doutorado).
- MORAIS, L. (2014). Social and Solidarity Economy and South-South and Triangular Cooperation in Latin America and the Caribbean: Contributions to Inclusive Sustainable Development. Gêneve, **ILO**. Disponível em: <http://socialeconomy.ilo.org/en/readers>
- MORAIS, L.; DASH, A.; BACIC, M. Social and solidarity economics in India and Brazil. **Social Enterprise Journal**, v. 13, p. 95–112, 2017.
- MORENO, A. S. **Análisis económico del sector no lucrativo**. València: Ed. Tirant lo Blanc, 1996.
- MORENO, A. S., CHAVES, R. Balance y tendencia en la investigación sobre tercer sector no lucrativo. Especial referencia al caso español. **CIRIEC- España**, no. 56, noviembre de 2006, p. 87-116.
- NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Nações Unidas no Brasil, , 2015. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Revista Saber cooperar**, ano VI, no. 19, novembro e dezembro de 2015.
- ORTEGA, A . C. (2008). **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Editora Alínea, 2008.
- SANTOS, Boaventura. Prefácio. In: SANTOS, B. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002
- SANTOS-SILVA, E. N. (ED.). **BioTupé: meio físico, diversidade biológica e sociocultural do baixo Rio Negro, Amazônia Central**. Manuas, AM, Brasil: INPA, 2005.
- SOUZA, A. Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial. In: Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Brasília: **IPEA e MTE**, no. 52, agosto de 2012, p. 63-70
- SILVA, Sandro P. Economia Solidária e políticas públicas de desenvolvimento local: uma análise de dois programas de gestão pública no Brasil. In **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, vol. II, no. 3, p. 45-67. Belo Horizonte, jan-jun de 2009.
- VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Rev Socerj**, v. 20, n. 5, p. 383–386, 2007.
- VIEIRA, F. M. (2005). **Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul**. Universidade de São Paulo, 456 p. (Tese de Doutorado).
- TREMBLAY, C. (2009). Advancing the social economy for socio-economic development: international perspectives. In: Canadian Social Economy Research Partnerships – **Public Policy Papers Series**, no. 1.